

Portugal 2020 e a reforma do Estado

Por
**FRANCISCO
ARAÚJO**

Presidente do
Conselho Regional
do Norte



Nos próximos dias, o Governo tomará decisões fundamentais sobre o Acordo de Parceria Portugal 2020. Essas decisões marcarão o nosso futuro coletivo, sendo cruciais para se compreender que Estado queremos: mais centralizado, como até agora, ou mais próximo dos cidadãos e das empresas, como se deseja.

Existe, pois, uma oportunidade, irrepetível nos próximos sete anos, para se mudar a tradicional receita centralista da aplicação dos fundos comunitários em Portugal, caracterizada pela "excessiva tendência para modelos de programação de base vertical e setorial que não permitem produzir verdadeiras estratégias regionais de referência suficientemente diversificadas que se aproximem dos problemas atuais e futuros de cada região".

Essas decisões são mais decisivas para o Norte do que para qualquer outra região. **O Norte tem sido tratado como uma espécie de região-colônia de Portugal: temos o menor rendimento per capita, somos os que recebemos menos fundos comunitários per capita (face às restantes NUTS II nas mesmas condições de elegibilidade), mas, paradoxalmente, somos, ainda assim, os que, pelos seus excedentes comerciais, mais contribuímos para atenuar os desequilíbrios das contas correntes do país.**

A preparação da nova estratégia Norte 2020 tem vindo a ser efetuada pela CCDR-N, em parceria com o seu Conselho Regional e com a forte mobilização dos atores regionais (Poder Local, sistema científico e tecnológico, setor empresarial, serviços desconcentrados, terceiro setor). A Assembleia da República aprovou também por unanimidade importantes orientações sobre a territorialização do Portugal 2020, onde se recomenda ao Governo que "leve em consideração, na repartição de meios entre os diferentes Programas Operacionais (PO), que a dotação de fundos es-

truturais a acordar com os estados-membros decorre essencialmente de uma análise dos níveis de desenvolvimento associados a cada região NUTS II, sendo importante que estes meios sejam efetivamente aplicados nas correspondentes regiões, essencialmente através de PO regionais fortemente consolidados".

Existe, assim, trabalho técnico ao nível regional. Existe, também, consenso político, quer entre as instituições do Norte quer ao nível nacional.

A anunciada concentração de 40% dos montantes das Políticas de Coesão 2014-2020 nos PO regionais representou um passo no sentido certo – o indispensável reforço do nível de territorialização do Portugal 2020, criando condições para a execução de estratégias regionais suficientemente densas e adaptáveis às prioridades Europa 2020.

Contudo, a questão central coloca-se ao nível do modelo de governação do Portugal 2020. É preciso territorializar os PO temáticos, entre outros, especificando Eixos Prioritários destinados a cada região NUTS II. É preciso potenciar os recursos da administração pública desconcentrada, internalizando (nomeadamente nas CCDR) as funções de organismo intermédio atualmente exercidas por estruturas paralelas de gestão centralizada dos PO temáticos, do PRODER e do PROMAR. Estes são passos fundamentais, quer para uma aplicação eficaz da estratégia Norte 2020 quer para evitar o crónico subfinanciamento do Norte dos sucessivos QCA (quadros comunitários de apoio).

Nesta última intervenção enquanto presidente do Conselho Regional do Norte gostaria, aqui, de reafirmar que os recursos destinados às regiões devem ser inequivocamente geridos nas regiões com a participação ativa das suas instituições, quer através de PO regionais fortemente reforçados e geridos pelas CCDR quer da credenciação de serviços desconcentrados enquanto organismos intermédios para a gestão dos PO temáticos, do FEADER e do FEAMP 2014-2020. Estou certo de que os cidadãos e as instituições do Norte continuarão atentos e julgarão as decisões que forem tomadas pelo Governo, estando unidos e fazendo ouvir a sua voz em nome do futuro coletivo do Norte e, sobretudo, de Portugal.

[CARTAS DO LEITOR]

Falta ao Norte TV de sinal aberto

Falta, ao Porto e ao Norte, uma televisão acessível a todos. Cabe aos tripeiros e às gentes esclarecidas de toda a região convencer o grande homem que é Pinto da Costa, portuense dos quatro costados e sem papas na língua, a transformar o Porto Canal numa televisão de sinal aberto. Assim se mostraria quanto valem o Porto e o Norte do país.

José Adelino Costa Amaro
joackilino@sapo.pt

Já António Sérgio dizia...

Portugal, ao longo dos seus 870 anos de existência, tem arrostado com as mais graves vicissitudes. Mas sempre resurgiu das cinzas, qual fénix renascida.

No entanto, nos últimos tempos, prostrou-se à sombra confortável de uma perniciosa dependência externa, numa ociosidade pobretana, apoiada numa indolente e perigosa subsidiariedade, a génese de toda a instituída corrupção, com a qual políticos, poderosos e pseudobanqueiros se aboletaram, para desgraça coletiva.

A propósito, revisei o que pouco conheço da obra do pedagogo, historiador, político e filósofo António Sérgio (1883/1969), um dos maiores cultores de ideias surgidos em Portugal. E foi ele que avisou que a política nacional padeceria sempre (e continua a padecer) da contradição entre duas antagónicas vertentes: a política de fixação e a política de transporte (mobilidade).

Assim, enquanto a primeira fixaria a nossa gente e a riqueza gerada no nosso próprio território, a segunda perde-se na dispersão de sinergias vitais à nação, com pessoas e bens saindo, deixando-nos cada vez mais pobres.

Em síntese, António Sérgio pensava que devia haver um contínuo investimento no desenvolvimento da agricultura e das pescas, no fomento da manufatura e da indústria, de modo a que o país se autosustentasse no mais essencial, evitando-se assim as importações e estimulando o emprego.

Isto, no século XIX...

José Amaral
laramaze@sapo.pt

Que avancem os iluminados

A quem ouça os iluminados da nossa praça, parece que tudo o que o FMI diz para cortar está mal. Pois que digam, esses tais iluminados, onde se deve cortar...

O PS, que está sempre no contra, que revele as soluções que tem; o PSD e o CDS que apliquem os cortes nas áreas em que o esbanjamento do dinheiro público é real; e, quanto ao PCP, BE e Verdes, são todos iguais, não querem que se corte em nada...

Já agora, distinga-se quem são os mais afetados pela crise e quem é que atualmente faz mais barulho.

Joaquim Araújo
joaquimfaria@hotmail.com

Mais um grupo de trabalho

Ainda a propósito da surpreendente notícia de que Madrid levantara o problema da soberania sobre as águas que rodeiam as ilhas Selvagens na ONU, reuniram-se, como foi noticiado, as diplomacias dos dois países, com demonstrações de compreensão mútua e de amizade destrutível. É evidente, todavia, que tal atitude incomodou Lisboa. Caso contrário, não seria necessário a criação de um novo grupo de trabalho.

Claro que ninguém quer que haja um mau relacionamento entre os dois estados ibéricos. Mas, por outro lado, tem de se entender que uma relação sólida passa pela confiança, pela seriedade, pela discussão exaustiva e sincera de todos os pontos que possam causar atritos.

Este novo grupo de trabalho, mais um, pode começar por ser honesto e coerente. No entanto, a hipocrisia que se divisa neste processo de Olivença é tal, que, por exemplo, Portugal explora as duas margens do Guadiana nas águas do Alqueva por causa de um acordo de 1968 em que esses territórios são considerados de interesse português – isto porque não interessava a Madrid que Portugal levantasse o problema de Olivença.

Todas estas realidades são omitidas sistematicamente nos comunicados conjuntos. Mas elas existem.

Augusto Amado
augantoma@gmail.com

A excelência das universidades

Em vários observatórios a nível mundial as universidades públicas portuguesas aparecem entre as melhores do Mundo. Agora foi a vez do "Ranking Eduniversal", que classifica as melhores universidades na área da "Business Scholl". Portugal conseguiu incluir cinco escolas de negócios. A Nova Scholl of Business and Economics (Universidade Nova de Lisboa) com cinco "palmas", a Católica-Lisbon (Universidade Católica de Lisboa) com quatro "palmas" e com três "palmas" a ISCTE Business Scholl (Instituto da Universidade Lisboa), o ISEG (Universidade de Lisboa) e a Porto Business Scholl (Universidade do Porto). Podemos pois concluir pela excelência das nossas universidades públicas em vários ramos e pela facilidade com que os nossos diplomados arranjam emprego em outros países.

Carlos Vasconcelos
carlos.vascon@mail.telepac.pt

Para esquecer

Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, está de saída e vai ser trocado por outra figura cujo nome vem fazendo caminho de tão soprado. Não vai deixar saudades a nenhum membro da Comissão nem a nenhum deputado europeu, pela aragem que se sente. Dele não restará qualquer discurso que valha a pena recordar e muito menos o esforço de consultar mais tarde. A banalidade nas suas intervenções, propostas, toda a sua oratória é de tal modo "rhetórica" comum, revela limitada visão, que o tempo se encarregará de apagar, banir até, de quaisquer registos que se tenha algures, esquecido. Por cá, também não há nem deixou saudades. A gente dele só guarda na memória a sua fuga às responsabilidades e a sua conduta quando abandonou o "barco" que vem naufragando golpe a golpe, nesta "lampelusa", neste mar revoltoso, austero, grave e sério que nos esmaga contra os penedos viscosos, tratados como mexilhões. Ele, porém, salvou-se, por entre as vagas de um certo liberalismo que faz carreira, e a que ele bem se agarrou, e que segue triunfante. Infelizmente!

Joaquim Moura
jabilmoura@gmail.com